Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

RELAÇÕES ENTRE CAPITALISMO, ANTROPOCENO E REGIME DE INFORMAÇÃO[1]

RELATIONSHIPS BETWEEN CAPITALISM, THE ANTHROPOCENE AND THE INFORMATION

RELACIONES ENTRE EL CAPITALISMO, EL ANTROPOCENO Y EL RÉGIMEN DE INFORMACIÓN

Taís Elaine Silva[2]
Liz-Rejane Issberner[3]
Mayara Helena Fonseca dos Santos[4]

Submetido em: 13/03/2026
Aprovado em: 20/07/2026
Publicado em: 31/07/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade turnitin

[1] Texto ampliado a partir do trabalho completo submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no GT 5 -Política e Economia da Informação do XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), em 2025.

[2] Mestra em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ), Doutoranda em Ciência da Informação no IBICT/UFRJ e Bibliotecária Documentalista da UFRJ. E-mail: tesilva06@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3934-0438.

[3] Doutorado em Engenharia de Produção (UFRJ). Pesquisadora Titular do IBICT. E-mail: lirismail@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0570-7289.

[4] Mestra em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Tecnologista do IBICT. E-mail: mayarasantos@ibict.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-6418-2871.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo: A extrapolação dos limites biofísicos terrestres relaciona-se às estruturas socioeconômicas contemporâneas e ao modo de produção capitalista, que combina exploração da natureza e do trabalho, acumulação de capital e valorização da propriedade privada dos meios de produção. O regime de informação contemporâneo hegemônico contribui para sustentar essa lógica ao produzir e circular informações e desinformações que legitimam o sistema socioeconômico capitalista, ao mesmo tempo que dificultam o reconhecimento de seu impacto socioambientais. Ademais, sua própria infraestrutura material — servidores, dispositivos eletrônicos e sistemas logísticos — impõe pressões adicionais sobre os limites biofísicos terrestres. Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o Antropoceno, o Regime de Informação hegemônico contemporâneo e a Teoria Crítica da Informação, com o propósito de identificar como essas dinâmicas contribuem para esgotamento dos limites biofísicos terrestres e quais caminhos podem ser explorados para sua superação. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho teórico-crítico, baseada na revisão bibliográfica e na aplicação do método dialético. Os resultados evidenciam que o referido Regime de Informação opera como mecanismo de reprodução da ideológica capitalista ao fortalecer a alienação social, o que dificulta as mudanças estruturais necessárias para enfrentar o cenário Antropocênico. Além disso, a materialidade desse Regime de Informação também contribuí para extrapolação dos limites terrestres. Como consideração final, destaca-se a importância da Teoria Crítica da Informação para pensar outros modelos para o Regime de Informação contemporâneo hegemônico, com intuito de que ele ajude a promover autonomia, justiça socioambiental e transformação das estruturas opressivas.

Palavras-Chave: Antropoceno; Capitalismo; Regime de Informação; Teoria Crítica da Informação.

Abstract: *The extrapolation of terrestrial biophysical limits is related to contemporary socioeconomic structures and the capitalist mode of production, which combines the exploitation of nature and labour, the accumulation of capital, and the valorisation of private ownership of the means of production. The contemporary hegemonic information regime contributes to sustaining this logic by producing and circulating information and misinformation that legitimises the capitalist socioeconomic system, while hindering recognition of its socio-environmental impact. Furthermore, its own material infrastructure — servers, electronic devices, and logistical systems — places additional pressure on Earth's biophysical limits. This study aims to analyse the relationships between the Anthropocene, the contemporary hegemonic Information Regime, and Critical Information Theory, with the purpose of identifying how these dynamics contribute to the depletion of the Earth's biophysical limits and what paths can be explored to overcome them. The research adopts a qualitative theoretical-critical approach, based on a literature review and the application of the dialectical method. The results show that the aforementioned Information Regime operates as a mechanism for reproducing capitalist ideology by strengthening social alienation, which hinders the structural changes necessary to address the Anthropocene scenario. Furthermore, the materiality of this Information Regime also contributes to the extrapolation of terrestrial*

boundaries. As a final consideration, the importance of Critical Information Theory is highlighted as a way to envision other models for the contemporary hegemonic Information Regime, with the aim of helping it promote autonomy, socio-environmental justice, and the transformation of oppressive structures.

***Resumen**: La extralimitación de los límites biológicos terrestres está relacionada con las estructuras socioeconómicas contemporáneas y el modo de producción capitalista, que combina la explotación de la naturaleza y del trabajo, la acumulación de capital y la valorización de la propiedad privada de los medios de producción. El régimen de información hegemónico contemporáneo contribuye a sostener esta lógica al producir y difundir información y desinformación que legitiman el sistema socioeconómico capitalista, al tiempo que dificultan el reconocimiento de su impacto socioambiental. Además, su propia infraestructura material —servidores, dispositivos electrónicos y sistemas logísticos— ejerce una presión adicional sobre los límites biogeográficos terrestres. El objetivo de este trabajo es analizar las relaciones entre el Antropoceno, el régimen de información hegemónico contemporáneo y la teoría crítica de la información, con el fin de identificar cómo estas dinámicas contribuyen al agotamiento de los límites biológicos de la Tierra y qué caminos se pueden explorar para superarlos. La investigación adopta un enfoque cualitativo de carácter teórico-crítico, basado en la revisión bibliográfica y en la aplicación del método dialéctico. Los resultados evidencian que dicho Régimen de Información opera como mecanismo de reproducción de la ideología capitalista al fortalecer la alienación social, lo que dificulta los cambios estructurales necesarios para enfrentar el escenario antropocénico. Además, la materialidad de este Régimen de Información también contribuye a la extrapolación de los límites terrestres. Como consideración final, se destaca la importancia de la Teoría Crítica de la Información para pensar otros modelos para el Régimen de Información contemporáneo hegemónico, con el propósito de que este ayude a promover autonomía, justicia socioambiental y la transformación de las estructuras opresivas.*

***Palabras clave**: Antropoceno; Capitalismo; Régimen de información; Teoría crítica de la información.*

1 INTRODUÇÃO

A extrapolação dos limites terrestres é uma das principais ameaças à sobrevivência da humanidade e de inúmeras outras espécies e suas causas relacionam-se diretamente às estruturas socioeconômicas dominantes na contemporaneidade. O sistema capitalista concebe a natureza como espaço apropriável pela propriedade privada e trata os componentes da biosfera como insumos destinados à acumulação de riqueza. A busca contínua por

crescimento econômico intensifica os impactos socioambientais e conduz o planeta a um quadro de degradação ecológica de difícil reversão.

Nesse contexto, o Regime de Informação Hegemônico reforça a lógica capitalista ao produzir, organizar e disseminar informações e desinformações que legitimam a mercantilização da natureza. Tal dinâmica opera como mecanismo de produção ideológica e de hegemonia cultural, ao definir enquadramentos interpretativos, narrativas e afetos que conformam subjetividades alinhadas à racionalidade do capital. Assim, naturaliza-se a exploração socioambiental, individualizam-se responsabilidades que são coletivas e apagam-se as mediações históricas que sustentam o modelo de desenvolvimento dominante. O resultado é o enfraquecimento da consciência crítica e a limitação da mobilização social necessária para enfrentar os processos de degradação associados ao Antropoceno e a extrapolação dos limites planetários.

Para enfrentar essa condição, a Teoria Crítica da Informação apresenta-se como um importante constructo teórico voltado à análise das contradições do sistema informacional vigente e à proposição de alternativas para uma política de informação emancipatória e atenta à justiça socioambiental.

Este estudo examina as interações entre o Antropoceno, o regime de informação contemporâneo e a teoria crítica da informação. O objetivo é investigar como esses elementos se articulam na extrapolação dos limites planetários e na aceleração da degradação ecológica, bem como na análise das possibilidades de configuração de um regime de informação comprometido com a integridade informacional e com a reorientação das práticas sociotécnicas que

sustentam a atual desestabilização das condições de habitabilidade da Terra.

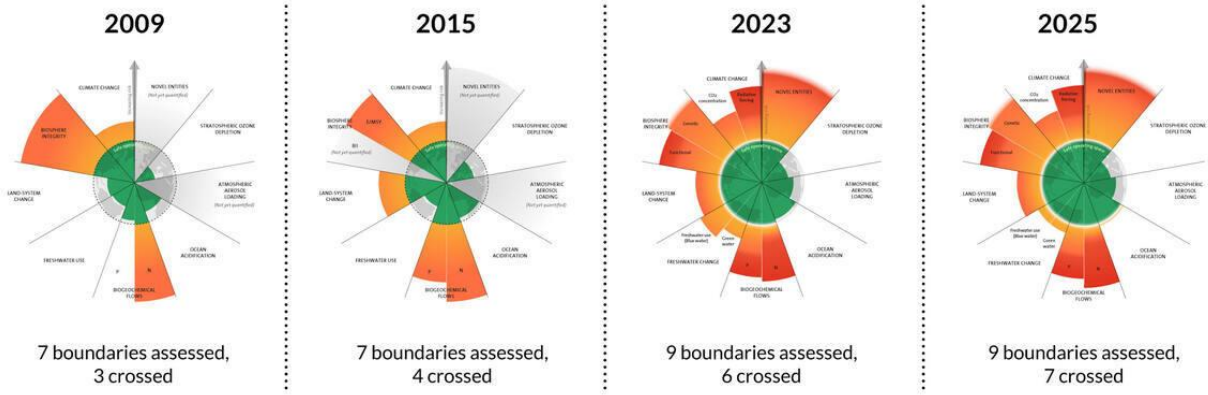
A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho teórico-crítico, fundamentada em uma revisão bibliográfica sobre Capitalismo, Antropoceno, Regime de Informação e Teoria Crítica da Informação. O trabalho adota o método dialético devido à sua capacidade de compreender a realidade como um processo histórico atravessado por contradições sociais, econômicas e informacionais. Essa abordagem permite analisar o regime de informação contemporâneo e relacionar as formas de produção e circulação da informação às estruturas do capitalismo e às pressões socioambientais associadas ao Antropoceno. Ao evidenciar os conflitos internos, os limites estruturais e as possibilidades de transformação inscritos na própria realidade social, a dialética oferece uma base teórica para a identificação de caminhos para um Regime de Informação com maior potencial emancipatório. Assim, o método não se restringe à descrição do regime vigente, mas contribui para a compreensão de suas contradições e para a indicação de condições históricas para sua superação.

2 CAPITALISMO: ANTROPOCENO E EXTRAPOLAÇÃO DOS LIMITES TERRESTRES

O planeta Terra enfrenta um quadro de desequilíbrio ambiental em escala global, exigindo análise crítica e ação imediata. Enquanto algumas regiões registram ondas de calor e estiagens severas, outras sofrem com chuvas intensas e alagamentos devastadores. Além da mudança climática, observam-se riscos crescentes associados à ação humana em outros oito processos globais que regulam a estabilidade

e a resiliência do sistema terrestre. Esses processos são definidos como fronteiras planetárias por Rockström *et al.* (2009) e incluem: novas entidades, depleção estratosférica do ozônio, carregamento de aerossóis atmosféricos, acidificação dos oceanos, modificação de fluxos biogeoquímicos, mudança de água doce, mudança do sistema terrestre e integridade da biosfera.

Figura 1 – Nove fronteiras terrestres



Fonte: Sakschewski e Caesar *et al.* 2025.

Esses limites são barreiras científicas que garantem a estabilidade do sistema Terra (Sakschewski; Caesar *et al.* 2025). Atualmente, sete dos nove limites foram transgredidos e mostram tendências de crescimento o que sugere uma maior deterioração no futuro próximo. Esses limites são: Mudanças Climáticas, Mudanças na Integridade da Biosfera, Mudança no uso terra (ligada ao desmatamento), mudança de água doce, modificação de fluxos biogeoquímicos, introdução de entidades novas e oceano acidificação (Sakschewski; Caesar *et al*. 2025). Dois processos permanecem dentro do Espaço Operacional Seguro: Aumento no Carregamento de Aerossóis Atmosféricos (melhorando a tendência global) e Ozônio

Estratosférico Depleção (atualmente estável) (Sakschewski; Caesar *et al.* 2025).

A capacidade de autorregulação do planeta mostra sinais de enfraquecimento: o aquecimento global avança, os ecossistemas exibem degradação persistente e surgem indícios de aproximação de pontos de inflexão em processos essenciais. Nesse contexto, consolida-se a noção de Antropoceno, época caracterizada pela predominância das atividades humanas na dinâmica do sistema terrestre (Sakschewski; Caesar *et al.* 2025).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a maior autoridade internacional sobre o tema, afirma ser inequívoca a associação das mudanças climáticas à influência humana (IPCC, 2023). O aumento dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera são provenientes, em grande parte, da queima de combustíveis fósseis, que constituem a base da matriz energética responsável por atender às demandas do crescimento econômico infinito inerente ao capitalismo. "Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, vários cientistas têm alertado sobre o caráter não generalizável e insustentável do sistema econômico ocidental" (Issberner; Léna, 2018, p. 3,). A expansão contínua do capitalismo conduziu o planeta ao Antropoceno. Nessa perspectiva, a humanidade se torna um agente geológico capaz de alterar o clima, os ecossistemas e a composição química do planeta em escala comparável à dos processos naturais de longa duração, como as eras glaciais e os eventos de extinção em massa (Issberner; Léna, 2019).

Moore (2022) critica o termo Antropoceno para designar a nova era por ser genérico demais, como se todos os humanos compartilham igualmente a responsabilidade pelo desequilíbrio

ambiental. Em seu lugar, propõe o termo Capitaloceno, que atribui essa responsabilidade ao modo de produção capitalista, sustentado por uma lógica de acumulação infinita, extração de valor da natureza e exploração do trabalho. Para o autor, o termo Capitaloceno denuncia o sistema de exploração ambiental e da força de trabalho que sustenta o capitalismo global, cujas raízes se encontram no colonialismo, no racismo estrutural, no patriarcado e em outras formas de dominação (Moore, 2022). Para Issberner e Léna (2018) e Svampa (2019, o termo "Antropoceno" não implica a atribuição direta de responsabilidade à humanidade toda. Pelo contrário, ele permite a incorporação da crítica social e política às formas desiguais de apropriação da natureza e às estruturas de poder que produziram a crise ambiental. Nesse sentido, o Antropoceno não seria uma categoria que dilui responsabilidades, mas um marco analítico que situa historicamente a nova fase da relação entre sociedade e natureza, caracterizada pela escala planetária das transformações causadas pelas atividades humanas. Além disso, o conceito tem o valor epistemológico de aproximar campos de conhecimento que, por muito tempo, foram mantidos institucional e conceitualmente separados. Essa aproximação é fundamental, pois a separação histórica entre natureza e sociedade, reforçada pela divisão entre ciências naturais e sociais, dificultou o reconhecimento precoce da magnitude das transformações em curso e contribuiu para a inação diante da crise (Issberner; Léna, 2018; Svampa, 2019).

A dimensão ecológica constitui uma das contradições do capitalismo. Fraser e Jaeggi (2020) definem o capitalismo como uma ordem social institucionalizada marcada por múltiplas crises sistêmicas que não se restringem à esfera econômica, mas se

espalham por diferentes domínios da vida social. Essa concepção permite deslocar a análise do plano estritamente econômico para uma arquitetura social mais ampla. O capitalismo não se limita ao mercado ou à produção de mercadorias. Ele organiza relações de poder, formas de vida, estruturas jurídicas, regimes de propriedade, padrões de gênero, mediações políticas e modos de apropriação da natureza. Trata-se de uma totalidade social que articula economia, política, cultura e ecologia sob uma lógica de acumulação.

A colonização do chamado "novo mundo" contribuiu decisivamente para a formação de uma economia-mundo, lançando as bases estruturantes do sistema capitalista por meio de uma lógica de acumulação primária e exportadora (Acosta; Brand, 2018). Essa acumulação originária de capital esteve associada à expropriação de "recursos naturais", ao uso sistemático da violência e à exploração de povos colonizados. O ponto de partida para a formação do capital industrial europeu, como destacado por Marx (2013), foi a descoberta de terras ricas em ouro e prata nas Américas, o extermínio e a escravização de populações indígenas forçadas a trabalhar nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação do continente africano em uma zona de captura sistemática de pessoas para o tráfico configuram os marcos iniciais da era da produção capitalista.

A colonização e a consolidação do sistema de propriedade privada no capitalismo romperam a relação direta da maioria da população com a natureza, promovendo uma forma sistemática de alienação sistemática do meio ambiente. Essa separação foi fundamental para a expansão do trabalho assalariado e para a dinâmica da acumulação de capital, evidenciando contradições

estruturais que ultrapassam a esfera estritamente econômica (Foster, 2000).

Moore (2022) argumenta que a economia política do capitalismo se apoia em uma estratégia ousada de acumulação baseada no conceito de "natureza barata" (em inglês, *cheap nature*). Nessa concepção, a natureza é considerada barata em dois sentidos complementares: primeiro, ao lhe atribuir preços baixos transformando-a em mercadoria de baixo custo; segundo, ao desvalorizá-la no plano ético e político, reduzindo seu *status* e importância para justificar sua exploração. Esses dois aspectos operam de forma articulada e acompanham cada grande transformação do capitalismo há cinco séculos (Moore, 2022).

Nas últimas décadas, essa lógica de apropriação intensificou-se com a consolidação do neoliberalismo e com os avanços tecnológicos associados à globalização econômica. Essa nova fase do capitalismo ampliou e acelerou os processos de exploração da natureza, promovendo a desestabilização das condições que sustentam a vida no planeta (Fraser; Jaeggi, 2020). O progresso técnico-econômico aprofundou a capacidade do sistema de penetrar na esfera da subjetividade, mobilizando dispositivos culturais, midiáticos e mercadológicos voltados à produção de desejos e necessidades compatíveis com a expansão contínua do consumo (Marcuse, 2015). O capitalismo, assim, não apenas organiza a produção material, mas modela desejos, expectativas e horizontes de sentido. Nesse quadro, a exploração da natureza não aparece como efeito colateral, mas como dimensão constitutiva da ordem social capitalista.

A dominação da subjetividade e as necessidades produzidas pelo capitalismo são estratégias para obscurecer as contradições

inerentes a esse sistema e impedir a conscientização sobre a realidade necessária para a superação da sociedade dividida entre exploradores e explorados, bem como da sociedade antropocêntrica, rumo a uma sociedade biocêntrica. Chauí (2003) escreve que a alienação, a reificação e o fetichismo tornam as atividades humanas autônomas em relação à humanidade, coisificando os seres humanos. O capitalismo separa a produção das ideias de suas condições históricas e sociais em que elas são geradas. Essa condição possibilita a criação de uma ideologia que justifica o sistema, mas que não corresponde à realidade. Essas ideologias alienam o ser humano em relação a sua própria existência e em relação à dominação do aspecto econômico sobre todas as outras esferas.

Uma sociedade marcada pela alienação enfrenta obstáculos para reconhecer as formas de dominação que a atravessam e para construir uma mobilização social orientada pela liberdade e pela autonomia. Essa condição está relacionada ao atual regime de informação, denominado por Bezerra (2024) de “regime de informação do capitalismo contemporâneo”, no qual a produção, a circulação e a validação da informação tendem a reforçar hegemonias e a limitar a emergência de perspectivas críticas.

A vigilância contínua, possibilitada pela tecnologia digital e pelo uso de algoritmos para classificar dados, está no cerne desse novo regime. Mais do que vigiar, a conversão sistemática das ações cotidianas em dados, ou seja, a dataficação da vida, se torna a principal fonte de extração de valor, expandindo a lógica do capitalismo para a própria subjetividade. Como reflete Bezerra (2024), a "miséria da informação" não se refere à falta de dados, mas ao excesso de informações irrelevantes e fragmentadas. Ao

serem gerenciadas por algoritmos, essas informações produzem um obscurecimento da realidade, fortalecem a alienação e impedem a formação de uma consciência crítica.

3 REGIME DE INFORMAÇÃO: PODER E CONTROLE

O termo "regime" é entendido como um conjunto estruturado de normas, práticas, instituições e relações de poder que regulam um campo social específico. Esse conceito tem fundamento teórico em autores como Foucault (1995), Gramsci (2001) e Bourdieu (2004). Foucault (1995) contribui com a noção de "regime de verdade", definido como "o conjunto de procedimentos regulados para a produção, a enunciação, a circulação e "o funcionamento dos enunciados", que determinam o que pode ser aceito como verdadeiro em uma sociedade. Ao destacar os dispositivos de poder-saber, Foucault evidencia como certos discursos são legitimados enquanto outros são silenciados. Gramsci (2001), por sua vez, elabora o conceito de hegemonia, compreendida como a capacidade de um grupo social de exercer direção política e intelectual sobre os demais, estabelecendo um regime ideológico que se impõe não apenas pela coerção, mas também pelo consentimento. Já Bourdieu (2004), por outro lado, argumenta que os campos sociais funcionam segundo lógicas próprias e regras implícitas, o que os torna regimes relativamente autônomos de regulação simbólica, nos quais se travam disputas por poder e reconhecimento.

O conceito de regime de informação considera a informação não apenas em seus aspectos operacionais, mas também atenta para a dimensão política e para as relações de poder sobre sua produção, organização e disseminação. Frohmann (1995) define regime de

informação como um sistema no qual a informação "flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos."

Para conhecer um regime de informação, a pesquisadora González de Gómez (2012, p. 44) afirma ser necessário "analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação." Um regime de informação é configurado pela interconexão entre atores sociais (cidadãos, políticos, líderes comunitários), organizacionais (instituições e empresas públicas ou privadas, escolas e universidades, associações de trabalhadores) e as diversas formas de tecnologias de informação e comunicação (*internet*, satélites, redes de telecomunicações e outros dispositivos). No pensamento de Frohmann (1995), descrever um regime de informação significa "mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos". Já para Bezerra (2024, p. 17), "[…] o regime de informação é a representação conceitual do processo histórico da luta de classes travada no âmbito no âmbito da produção e circulação da informação".

Braman (2004, p. 20) ressalta que "a política de informação, a inovação tecnológica e os consequentes processos de globalização foram fatores particularmente importantes para a transformação do regime global de políticas de informação". Segundo a autora (Braman, 2004), o papel da informação como dispositivo de poder contribui para a formação de um regime de informação global, devido

ao envolvimento de atores estatais e não estatais, e emergente, por ainda estar em formação. Durante o século XX, pode-se dizer que houve uma hegemonia estadunidense sobre o regime de informação global, devido à sua importância econômica, ocupada após o término da Primeira Guerra Mundial (Bezerra, 2017).

A relação entre política de informação e regime de informação deve ser compreendida em perspectiva estrutural. O regime de informação corresponde à configuração histórica específica de atores, instituições, tecnologias e relações de poder que organizam a produção, a circulação e a legitimação da informação em determinado contexto. A política de informação, por sua vez, constitui a dimensão normativa e estratégica que incide sobre essa configuração, por meio de marcos regulatórios, diretrizes institucionais e decisões estatais ou supranacionais. Não se trata de esferas separadas: a política de informação opera como mecanismo de estabilização ou transformação do regime vigente, ao mesmo tempo em que sofre condicionamentos das correlações de força que estruturam esse próprio regime. Assim, as políticas podem tanto reforçar hegemonias informacionais alinhadas à lógica da acumulação capitalista quanto tensionar tais estruturas ao instituir princípios orientados pela integridade informacional, pela justiça socioambiental e pela ampliação democrática do acesso e da participação no campo informacional.

O crescimento e o desenvolvimento econômicos foram acelerados por meio de diversas inovações tecnológicas, resultando na formulação de políticas de informação orientadas sobretudo por metas de competitividade, eficiência e expansão de mercados, negligenciando o "necessário processo democrático de construção de

políticas de informação, que deveria orientar a definição de marcos regulatórios que protejam os indivíduos de possíveis perdas de privacidade, liberdade e autonomia" (Bezerra, 2019, p. 32). Na busca pelo progresso econômico, a inovação e a digitalização ganham centralidade, enquanto os impactos sociais, políticos e ambientais associados às infraestruturas informacionais são colocados em segundo plano. A ausência de participação social efetiva na definição dessas políticas tende a favorecer interesses corporativos, consolidando assimetrias de poder no interior do regime de informação.

Ao priorizarem a desregulamentação, a flexibilização normativa e a autorregulação das plataformas, tais políticas contribuem para o fortalecimento de modelos de negócio baseados na vigilância, na extração massiva de dados e na mercantilização da subjetividade. Desse modo, a política de informação deixa de atuar como instrumento de garantia de direitos para operar como mecanismo de legitimação das dinâmicas do capitalismo digital. Como consequência, há a consolidação de um regime informacional que naturaliza práticas de monitoramento contínuo, fragiliza a autonomia dos sujeitos e limita a construção de alternativas orientadas pelo interesse público e pela justiça socioambiental.

A vigilância é o motor extrativista do regime de informação do capitalismo contemporâneo. Conforme Bezerra (2019), a coleta em massa de dados, intensificada após o 11 de setembro, tornou-se o modelo de negócio dominante na *internet*. Tecnologias como *smartphones* e plataformas de redes sociais permitem uma "organização algorítmica da informação que usa princípios de inteligência artificial para classificar o massivo volume de dados (*big*

data)" (Bezerra, 2019, p. 46). As empresas de tecnologia não apenas usam esses dados para publicidade, mas também os transformam em produtos preditivos que visam moldar o comportamento futuro do consumidor, aprofundando a lógica extrativista do capital sobre a própria subjetividade.

Contrariando interpretações que sugerem a superação do capitalismo industrial pelo de capitalismo de plataforma, Bezerra (2025) demonstra que empresas como a Alphabet (controladora das plataformas Google, YouTube, Waze e de todos os serviços Google) e a Meta (proprietária das redes sociais Facebook, Instagram e WhatsApp) representam o capitalismo em seu estágio mais avançado de integração, que ele nomeia de capitalismo industrial de plataforma. Segundo o autor, as novas tecnologias digitais estão assentadas sobre velhas relações de exploração do trabalho e de poder, criando uma forma de neocolonialismo digital, em que países e populações se tornam meros produtores de dados para as grandes corporações tecnológicas. De acordo com Bezerra (2025), o capitalismo industrial de plataforma tem as mesmas características do capitalismo apontadas por Fraser e Jaeggi (2020): a propriedade privada, o livre mercado e a acumulação de capital.

A propriedade privada dos meios de produção, considerada por Fraser e Jaeggi (2020) como uma característica central do capitalismo, permanece estruturante no capitalismo de plataforma. As plataformas digitais estão sob o controle de grandes corporações que concentram poder sobre algoritmos, infraestrutura tecnológica e capital informacional, dominando amplamente seus mercados. Como observa Bezerra (2024) é preciso desmistificar a ideia de que a internet é algo leve e imaterial. A economia digital depende de uma

vasta infraestrutura material que envolve extração mineral, frequentemente associada a condições precárias de trabalho, fabricação de *chips*, consumo intensivo de energia e água para *data centers*, além de complexas cadeias logísticas (Bezerra, 2024; 2025). Nesse modelo, o acesso e o uso de dados para fins de controle psicopolítico permanecem concentrados nos grupos que detêm os meios tecnológicos de produção (Bezerra, 2025). Como sintetizam Calderón e Castells (2020, p. 42), os lucros da economia informacional resultam da combinação de recursos naturais com tecnologias aplicadas em diferentes etapas produtivas.

Nesse contexto, a integridade da informação se torna um conceito fundamental para a compreensão dos processos comunicacionais atravessados por disputas de poder, interesses econômicos e mediações tecnológicas. Schneider, Giraldes e Lopes (2024) a definem a como a confiabilidade, a precisão e a consistência da informação. Araújo (2024), por sua vez, amplia essa perspectiva ao entendê-la como um processo vinculado às condições sociais de produção e circulação do conhecimento, e não como atributo estático dos dados. Assim, discutir integridade informacional significa analisar quem produz a informação, em quais contextos ela circula e quais interesses orientam sua legitimação.

Por outro lado, a noção de corrupção informacional, refere-se à degradação qualitativa da informação, processo no qual o absurdo ganha centralidade e se dissemina por meio de mentiras, meias verdades e conteúdos desinformativos produzidos em larga escala por interesses econômicos, políticos, ideológicos e tecnológicos (Schneider; Giraldes; Lopes, 2024). Segundo Araújo (2024) tais processos comprometem a racionalidade do debate público,

fragilizam a saúde coletiva, agravam o desequilíbrio ambiental e tensionam o funcionamento das instituições democráticas. Schneider, Giraldes e Lopes (2024) também observam que a ascensão do chamado capitalismo digital ou de plataformas fertilizou o crescimento de novas modulações de uma extrema-direita de perfil neoliberal. Nesse contexto,

> Destaca-se a destruição de direitos trabalhistas, racismo, misoginia, homofobia e, de forma particular, o negacionismo científico — especialmente nas questões climáticas, o que compromete não apenas a qualidade da informação circulante, mas também a própria democracia […] (Schneider; Giraldes; Lopes, 2024 [s.p.]).

A crítica ao regime de informação do capitalismo contemporâneo evidencia a responsabilidade da Ciência da Informação em produzir conhecimentos capazes de desnaturalizar sua hegemonia, demonstrando que esse regime não é nem neutro nem inevitável, mas sim uma expressão de relações históricas de poder, interesses econômicos e disputas simbólicas. Nesse horizonte, é preciso imaginar e reconhecer novos atores, saberes e formas de produção e circulação da informação. Tal movimento, por si só, não resolve as contradições do sistema capitalista de forma isolada, mas contribui para criar condições que permitam à sociedade conceber alternativas orientadas para a justiça social, pela integridade da informação e pelo respeito aos limites ecológicos.

4 TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO

Teoria e prática constituem dimensões distintas que orientam o conhecer e o agir. A teoria pode ser compreendida como um conjunto

de argumentos voltados à explicação de fenômenos e de suas relações. Uma teoria científica não busca apenas descrever "como as coisas são", mas também formular prognósticos a partir das conexões identificadas. Quando tais prognósticos se confirmam, a teoria demonstra sua consistência; quando falham, ela exige revisão. A prática, por sua vez, pode ser entendida como aplicação da teoria ou como um horizonte normativo que orienta formas de vida, manifestando-se em campos como a ética, a moral, a política e o direito (Nobre, 2011).

A Teoria Tradicional organiza-se como um sistema hierárquico de proposições coerentes, cujo critério de verdade reside na conformidade entre teoria e prática. Contudo, essa separação tende a ignorar a historicidade do próprio método científico e as condições sociais que moldam a produção do conhecimento. Ao desconsiderar as mediações históricas e as forças hegemônicas atuantes, produz-se um saber aparentemente neutro, mas que está inserido na divisão social do trabalho e nas estruturas de poder. Contra esse modelo insurge-se o comportamento crítico, princípio estruturante da Teoria Crítica, que exige uma reflexão histórica sobre o conhecimento e sobre o papel social do cientista.

A Teoria Crítica questiona a dissociação entre teoria e prática ao afirmar sua unidade dialética. A prática não se encontra fora da teoria, mas constitui seu momento de realização e retroalimentação. Não é possível demonstrar "como as coisas são" sem interrogar "como poderiam ser". O objetivo consiste em identificar potências imanentes de emancipação e diagnosticar os obstáculos que impedem seu desenvolvimento. A análise das formas atuais de organização social, articulada a um diagnóstico histórico, permite

formular prognósticos e sugerir ações orientadas à emancipação. Trata-se de examinar a sociedade à luz de suas capacidades utilizadas, não utilizadas ou malbaratadas para aprimorar a condição humana (Marcuse, 2015).

Conforme demonstrado por Honneth (1999), a Teoria Crítica deriva da tradição intelectual da Escola de Frankfurt, fundada no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Em 1937, Horkheimer sistematizou seus princípios centrais: a historicidade dos sujeitos cognoscentes, a totalidade dos fenômenos sociais e a tensionalidade constitutiva da sociedade (Bezerra, 2019). Os diagnósticos críticos exigem constante atualização, para que seja possível a identificação contínua dos obstáculos à emancipação e dos potenciais transformadores presentes em cada contexto histórico (Melo, 2011).

Aplicada ao campo informacional, essa perspectiva implica compreender que os processos de produção, circulação e validação da informação não são neutros (Fuchs, 2009; Araújo, 2009; Bezerra, 2019). Para fundamentar uma política de informação na Teoria Crítica, é necessário analisar as configurações sociais vigentes e interrogar como elas podem ser reorientadas para promover privacidade, liberdade e autonomia (Bezerra, 2019). A Teoria Crítica da Informação investiga as estruturas de poder e dominação que atravessam o campo informacional (Fuchs, 2009; Araújo, 2009; Bezerra, 2019) e pode oferecer instrumentos para entender e enfrentar o que Bezerra (2024) chama de miséria da informação.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível identificar como determinadas configurações se consolidam como regimes hegemônicos de informação, sustentados por interesses econômicos,

políticos e simbólicos. O regime contemporâneo apresenta obstáculos significativos à sua transformação. Vigilância digital, mineração de dados pessoais, filtragem algorítmica, desinformação e circulação de *fake news* constituem barreiras que impedem que o regime vigente realize suas potencialidades emancipadoras (Bezerra, 2019).

Todavia, os limites desse regime não se restringem à esfera simbólica ou comunicacional. Bezerra (2024) desconstrói a ideia da internet como algo leve, imaterial e sustentável, argumentando que o termo "nuvem" faz parte de uma gramática ideológica das grandes empresas de tecnologia para ocultar a realidade física da rede. Essa imagem, onde tudo parece estar no etéreo, serve para naturalizar a exploração de recursos e do trabalho quando, quando sua estrutura repousa sobre infraestruturas materiais que inserem o campo informacional na dinâmica de exploração intensiva da natureza (Bezerra, 2024). A materialidade da economia digital manifesta-se nas cadeias extrativistas que sustentam a produção de dispositivos.

A mineração de minerais críticos como lítio e cobalto, essenciais para baterias e semicondutores, impacta diretamente ecossistemas e recursos hídricos. A extração de lítio no Salar de Atacama, por exemplo, consome grandes volumes de água subterrânea, afetando comunidades locais e sistemas ecológicos frágeis (Lakshman, 2024). A mineração de cobalto associa-se igualmente a degradação ambiental e conflitos sociais em regiões periféricas de produção (Lakshman, 2024).

A materialidade ecológica do regime intensifica-se com a expansão da inteligência artificial e dos *data centers*. O consumo global de eletricidade dessas infraestruturas pode passar de

aproximadamente 415 TWh em 2024 para cerca de 945 TWh até 2030, sendo as cargas de trabalho associadas à IA responsáveis por parcela desproporcional desse crescimento (Patel; Mahalingam; Patel, 2025). Nos Estados Unidos, projeta-se aumento anual de 200 a 300 bilhões de galões no consumo de água e acréscimo entre 24 e 44 milhões de toneladas métricas de CO_2 equivalente até 2030 (Patel; Mahalingam; Patel, 2025). Esses números evidenciam pressões simultâneas sobre sistemas energéticos e hídricos, revelando que a economia informacional integra o processo de intensificação da degradação ecológica.

O ciclo se completa no descarte. Em 2022, o mundo gerou 62 milhões de toneladas de resíduos eletrônicos, das quais apenas 22,3% foram formalmente recolhidas e recicladas. A projeção indica redução dessa taxa até 2030, ampliando a lacuna entre produção e reciclagem. O lixo eletrônico incorporou 31 milhões de toneladas de metais, 17 milhões de toneladas de plásticos e 14 milhões de toneladas de minerais e vidro, enquanto menos de 1% da demanda por elementos essenciais raros foi suprida por meio da reciclagem (Nações Unidas, 2024). O padrão linear de produção-consumo-descarte revela a persistência de um modelo tecnológico dependente de extração primária contínua.

A contradição central torna-se evidente: o mesmo aparato técnico capaz de ampliar o acesso ao conhecimento e potencializar cooperação social opera, sob a lógica da acumulação, como vetor de intensificação da exploração ecológica. Como argumenta Feenberg (2002), as tecnologias não são neutras, mas são moldadas socialmente por relações de poder que orientam seus usos e finalidades. A dialética da técnica não leva, portanto, não conduz a

uma rejeição abstrata da tecnologia, mas à análise das condições sociais que estruturam seu desenvolvimento, possibilitando identificar tanto seus potenciais emancipatórios quanto as estruturas que bloqueiam sua realização.

Um regime de informação orientado pela justiça socioambiental deve deslocar o eixo normativo da maximização do lucro para a centralidade da vida. Isso implica reconhecer que a informação participa do metabolismo sociedade-natureza e que sua organização institucional possui consequências materiais concretas. Políticas de informação comprometidas com esse horizonte devem incorporar critérios ambientais, energéticos e sociais na regulação das infraestruturas digitais, superando abordagens restritas à governança de plataformas ou à proteção de dados.

A estabilização das condições de habitabilidade do planeta não pode ser alcançada por soluções tecnológicas que, no modelo atual, são forjadas pela lógica mercantilista do regime de informação vigente. Frequentemente moldada pela lógica da valorização do capital, a inovação tecnológica, por si só, não é suficiente. O problema central está no próprio modelo capitalista, cuja dinâmica expansiva gera um regime de informação que organiza percepções, narrativas e métricas para naturalizar a exploração contínua da natureza e tornar o mundo inteligível a partir de parâmetros compatíveis com a maximização de recursos e a expansão ilimitada dos mercados.

Há, portanto, um conflito estrutural inerente: a racionalidade capitalista, baseada na extração constante de valor, entra em conflito direto com a necessidade de respeitar os limites físicos, ecológicos e termodinâmicos do planeta. Essa contradição sistêmica

leva o capitalismo a neutralizar, cooptar ou deslegitimar qualquer enfrentamento da crise ambiental que freie sua lógica expansiva. As respostas a essa crise são, portanto, forjadas por mecanismos informacionais que ocultam as causas sistêmicas, culpabilizam a população (em vez de grupos econômicos) e direcionam o debate para soluções tecnocráticas que preservam o núcleo do modelo atual.

Nesse cenário, a crítica ao regime informacional que sustenta essa dinâmica não é um complemento periférico, mas um "*a priori*" epistemológico e político. Somente ao desestabilizar as infraestruturas cognitivas, comunicacionais e institucionais que legitimam o atual modelo de desenvolvimento torna-se possível imaginar e construir alternativas compatíveis com a manutenção das condições de vida no planeta e promoção da justiça socioambiental em face dos desafios do Antropoceno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que o regime contemporâneo de informação não pode ser compreendido apenas como estrutura simbólica ou comunicacional. Sua base material insere-se nas dinâmicas de exploração intensiva da natureza, que envolvem extração mineral, consumo energético, pressão hídrica e geração crescente de resíduos eletrônicos. A economia política da informação, frequentemente apresentada como imaterial, revela-se profundamente dependente de cadeias produtivas que ampliam a degradação ecológica e reforçam assimetrias globais.

A Teoria Crítica da Informação oferece instrumentos para explicitar essa contradição. Ao recusar a neutralidade do conhecimento e afirmar a unidade entre teoria e prática, ela

possibilita identificar os obstáculos que impedem que as políticas de informação de realizarem suas potencialidades emancipadoras. A contradição central reside no fato de que o mesmo aparato técnico capaz de ampliar o acesso ao conhecimento e fortalecer a cooperação social opera, sob a lógica da acumulação, como vetor de intensificação da exploração socioambiental.

Diante desse quadro, torna-se necessário reorientar normativamente o regime de informação. Uma primeira dimensão dessa transformação é a maior integração entre ciência e sociedade. O desenvolvimento de estudos e tecnologias informacionais deve considerar necessidades concretas, saberes locais e conhecimentos de diversas populações, superando modelos tecnocráticos que reproduzem desigualdades e ignoram contextos socioculturais. A coprodução de conhecimento fortalece soluções socialmente situadas e ambientalmente responsáveis.

Outra dimensão estratégica consiste no fortalecimento da competência crítica em informação. Não basta ampliar o acesso a dados e dispositivos; é preciso formar sujeitos capazes de compreender as estruturas de poder que atravessam o ecossistema informacional, reconhecer os interesses econômicos por trás das plataformas digitais e avaliar implicações socioambientais do consumo tecnológico. A formação crítica amplia a autonomia e contribui para escolhas mais responsáveis no que diz respeito ao uso, descarte e renovação de dispositivos.

Também se mostra necessário revisar o paradigma da infraestrutura informacional individualizada e baseada em atualizações constantes. O modelo centrado na posse de dispositivos pessoais, renovados em ciclos cada vez mais curtos, intensifica a

extração de recursos naturais e a geração de resíduos. Alternativas coletivas e compartilhadas de acesso à informação podem reduzir significativamente a demanda por equipamentos individuais e, consequentemente, a pressão sobre cadeias extrativas e sistemas energéticos.

Nesse contexto, as bibliotecas podem atuar como pontos estratégicos de informação coletiva. Ao oferecerem acesso público a recursos digitais, infraestrutura tecnológica compartilhada e mediação qualificada, essas instituições podem diminuir a necessidade de aquisição individual de dispositivos, além de promoverem práticas de uso mais sustentáveis. Entendida como espaço público de conhecimento e cidadania, a biblioteca, assume papel relevante na construção de um regime informacional orientado pela justiça socioambiental.

Nesse horizonte, bibliotecárias e bibliotecários assumem função estratégica como mediadores críticos do ecossistema informacional. Sua atuação ultrapassa a organização e a disponibilização de acervos, abrangendo a formação de sujeitos capazes de compreender as estruturas técnicas, econômicas e políticas que condicionam a produção, a circulação e o consumo da informação. Promover a competência crítica em informação significa desenvolver capacidades de análise sobre algoritmos, modelos de negócio das plataformas, regimes de vigilância, dinâmicas de desinformação e impactos socioambientais das infraestruturas digitais. Dessa maneira, a mediação bibliotecária se integra a um projeto emancipatório mais amplo, no qual a formação crítica constitui condição indispensável para reorientar o regime de informação.

A efetivação desse horizonte exige o aprimoramento das políticas de informação. Torna-se necessário incorporar critérios ambientais, energéticos e sociais à regulação das infraestruturas digitais, estabelecer incentivos à economia circular, fomentar a reparação e a reutilização de equipamentos e fortalecer as redes públicas de acesso coletivo. A política informacional não deve se restringir-se à governança de dados e plataformas, mas integrar a dimensão ecológica e reconhecer a materialidade do campo informacional.

A busca por soluções tecnológicas, frequentemente instrumentalizadas pela lógica capitalista, é incapaz de abordar a raiz da desestabilização das condições de habitabilidade do planeta. A chave está na reestruturação radical das formas de organização da informação, libertando-as da subordinação ao capital. Ao articular a crítica social e a imperativa materialidade ecológica, este trabalho defende que a transformação do regime de informação é essencial para enfrentar os desafios do Antropoceno sob uma perspectiva de justiça socioambiental.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Integridade da informação: um novo conceito para a Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2024, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória: ANCIB; PPGCI-UFES, 2024.

BEZERRA, A. C. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, A. C. *et al.* **iKRITIKA**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Eduff, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, Sandra. (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Hampshire: Palgrave, 2004.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

FEENBERG, Andrew. **Transforming technology**: a critical theory revisite. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23.,1995, Edmonton, Alberta. **Anais** […] Edmonton, Alberta: CCAIS, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 20 ago. 2024.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. *In*: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: 1999. 609 p. (Biblioteca básica).

IPCC. **Mudança do clima 2021**: a base científica para formuladores de políticas. [Brasília, DF:] 2018.

ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe. Anthropocene: the vital challenges of a scientific debate. **The UNESCO Courier**, Paris: UNESCO, n. 2, Apr.–Jun. 2018. Disponível em: https://courier.unesco.org/en/articles/anthropocene-vital-challenges-scientific-debate. Acesso em: 5 mar. 2026.

LAKSHMAN, Shivani. More Critical Minerals Mining Could Strain Water Supplies in Stressed Regions January. **World Resources Institute**, January 10, 2024. Disponível em: https://www.wri.org/insights/critical-minerals-mining-water-impacts?utm_source. Acesso: 10 maio 2025

LÉNA, Philippe; ISSBERNER, Liz-Rejane. Apresentação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. e6000, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.6000. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6000. Acesso em: 10 maio. 2025.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional:** estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, maio/ago. 2011

MOORE, Jason W. O Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. **Outras Palavras**, [*s.l.*], 2022. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/o-antropoceno-ou-capitaloceno. Acesso em: 22 jan. 2025.

NAÇÕES UNIDAS**.** Produção de lixo eletrônico pela humanidade chegou a 62 milhões de toneladas. **ONU News***,* [*s.l.*], 22 mar. 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/03/1829466 Acesso: 31 jan. 2026

NOBRE, Marcos. **Teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PATEL, Rusheen; MAHALINGAM, Nikhil; PATEL, Aadi. The Environmental Impact of AI Servers and Sustainable Solutions. **arXiv:2601.06063v1**, [*s.l.*], p. 1-5, 2025. Disponível em: https://share.google/jpOTFa2Purl1OEN8T. Acesso em: 04 mar. 2026.

SAKSCHEWSKI, Boris; CAESAR, Levke; *et al.* **Planetary Health Check 2025**: A Scientific Assessment of the State of the Planet Executive Summary. Potsdam, Germany: Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK), 2025. Disponível em: https://www.planetaryhealthcheck.org/wp-content/uploads/PlanetaryHealthCheck2025_ExecutiveSummary.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025

ROCKSTRÖM, J. *et al.* Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, [*s.l.*], v. 14, n. 2, art. 32, 2009. Disponível em: https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32. Acesso em: 21 jan. 2025.

SCHNEIDER, Marco André Feldman; GIRALDES, Marcus Vinícius; LOPES, Bianca da Costa Maia. Liberdade de Expressão e Integridade da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2024, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória: ANCIB; PPGCI-UFES, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2574/2000 Acesso em: 05 jan. 2026

SVAMPA, Maristella. El Antropoceno como diagnóstico y paradigma: lecturas globales desde el Sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 24, n. 84, p. 33-54, 2019. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.2653161

LICENÇA DE USO
Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

PUBLISHER
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL
Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês da Silva.

COMO CITAR

SILVA, Taís Elaine; ISSBERNER, Liz-Rejane; SANTOS, Mayara Helena Fonseca dos. Relações entre capitalismo, antropoceno e regime de informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, n. esp., p. 1-31, jan./jun. 2026.